

Parecer econômico vetado por inteiro

Após quatro horas de discussão, os parlamentares liberais e conservadores, membros da subcomissão de Princípios Gerais, intervenção do Estado na economia, conseguiram rejeitar, quase por completo, o anteprojeto do relator Virgildásio Senna. Apesar dos inúmeros protestos dos constituintes da esquerda, que tentaram obstruir os trabalhos de votação, dos 20 artigos propostos, apenas dois não foram rejeitados por uma maioria de 15 contra 8 votos.

Os trabalhos de votação das emendas substitutivas apresentadas pelo bloco dos liberais e de centro só começaram às 19h30m; após a retirada de cinco deputados (Vladimir Palmeira (PT-RJ), Raquel Cândido (PFL-RO), Beth Azize (PSB-AM), Luis Salomão (PDT-RJ) e Gabriel Guerreiro (PMDB-BA), encabeçando os protestos, o deputado Luiz Salomão afirmou que o que se passava na subcomissão chegava às raias do escândalo: "O bloco do rolo compressor, que rejeitou o anteprojeto, quer a preservação do modelo econômico que sacrifica o nosso País".

INSATISFAÇÃO

A insatisfação da esquerda começou pela manhã, logo após o início da sessão, às 9h30m. O presidente da subcomissão, de-

putado Delfim Netto (PDS-SP), impôs um processo de votação sem encaminhamento das justificativas aos artigos votados. Os deputados limitavam-se a votar sim ou não. Depois de nove artigos rejeitados, o relator Virgildásio Senna, enfurecido, denunciou a existência de "um grupo de trapistas" na subcomissão que processava uma farsa e não uma votação.

Os artigos do anteprojeto, no entanto, continuaram a ser rejeitados por uma maioria esmagadora: 15 a 8 e 14 a 9. Os protestos dos parlamentares da esquerda aumentaram quando o artigo que estabelece o monopólio estatal para a pesquisa e lavra do petróleo e dos materiais fósseis foi recusado.

SUBSTITUTIVO

Embora não tivessem apresentado um anteprojeto substitutivo, os parlamentares antiestatizantes já tinham definido as emendas que deveriam ser aprovadas. A estratégia definida pela maioria dos membros da subcomissão de Princípios Gerais era, em primeiro lugar, derrubar o anteprojeto do relator para, posteriormente, "montar" um novo anteprojeto, artigo por artigo.

Ainda que a votação não tivesse chegado ao seu final, havia informações de que as prin-

cipais modificações seriam as seguintes:

— o monopólio da União restringir-se-á à pesquisa e lavra do petróleo e para os materiais fósseis;

— considerar-se-á empresa nacional aquela constituída pelas leis brasileiras e com sede no País;

— mineração: o setor não será exclusivo para o capital nacional;

— a intervenção do Estado na economia será em caráter supletivo, dando prioridade à iniciativa privada. As empresas estatais terão igualdade de tratamento e atuarão por tempo determinado em lei. A criação e extinção dessas empresas serão reguladas pelo Congresso;

— os artigos 11 e 12 do anteprojeto do relator que dispunham sobre bancos foram considerados impertinentes à subcomissão, bem como o artigo que estabelecia proteção do Estado à poupança;

— reserva de mercado: será regulada por lei ordinária;

— incentivos governamentais às micro e pequena empresas;

— no artigo direito da propriedade, os expropriados terão mais chance de recorrer à Justiça para efeito de contestação;

— o Estado regulará a atividade econômica para assegurar o livre funcionamento da iniciativa privada, de acordo com o interesse do consumidor.

Conflitos rurais irão a tribunais especiais

Em meio a um tumulto generalizado, com protestos veementes da direita e da esquerda, a subcomissão de Política Agrícola, Fundiária e de Reforma Agrária terminou a votação às 5h30min da manhã de ontem. Foi aprovado o substitutivo do deputado Rosa Prata (PMDB-MG) com duas modificações: A primeira garante o direito da propriedade rural que deve cumprir uma função social; e a segunda, cria Varas Especiais, pela Justiça Federal, para dirimir conflitos fundiários nas regiões de tensão social.

Apesar dos protestos, tanto dos parlamentares como dos grupos de trabalhadores rurais que se espremiaram nas galerias do plenário do Senado, ainda assim, o presidente da Subcomissão, senador Edson Lobão (PFL-MA), colocou em votação o substitutivo do deputado Rosa Prata (PMDB-MG) e não o anteprojeto do relator da subcomissão, constituinte Oswaldo Lima Filho. O processo de vota-

ção só começou depois do reaparelamento de deputado Benedito Monteiro, às 3 horas da manhã, que durante todo o dia não foi encontrado. Não se sabe, até agora, as razões do sumiço do parlamentar.

Para o relator da subcomissão, a votação do substitutivo foi ilegal porque descumpriu as Normas Gerais do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte que asseguram a preferência de votação para o seu anteprojeto.

A votação do substitutivo de deputado Rosa Prata foi realizada debaixo de protesto. O resultado por treze votos a favor, segundo anunciou a Mesa, mal pode ser comunicado porque os parlamentares (maioria do PMDB; e das bancadas do PDT, PT, PC e PCB) continuavam protestando contra a decisão de não se votar o anteprojeto do relator.

Outra onda de protestos foi causada pela firme determinação do presidente da subcomis-

são, senador Edson Lobão, de recusar a indicação do líder da Constituinte, senador Mário Covas, para que o deputado Antero de Barros fosse o suplente na vaga do constituinte Benedito Monteiro, que na ocasião ainda não havia chegado ao plenário do Senado. Lobão impôs a convocação do deputado José Mendonça de Moraes, aliado aos parlamentares que queriam a aprovação do substitutivo do deputado Rosa Prata, ligado aos representantes dos latifundiários.

Votado o substitutivo de Rosa Prata, os parlamentares votaram diversos destaques supressivos, mediante requerimento do relator da subcomissão. O resultado dessa estratégia de votação foi a aprovação de apenas dois artigos. Segundo o relator Oswaldo Lima Filho, a luta para se estabelecer um Plano de Reforma Agrária no País passará agora para a Comissão de Sistematização.